

20 AGO 1981

## Simonsen e a recessão

Economia - Brasil

Embora seja sempre difícil estarem de acordo economistas que pertencem a escolas contrárias, os três eminentes debatedores que participaram do seminário sobre "Alternativas para a crise", promovido pelo Jornal da Tarde e pelo Instituto Roberto Simonsen — os professores Albert Fishlow, Celso Furtado e Mário Henrique Simonsen —, concordaram em que a situação da economia nacional e, em particular, o grave problema do balanço de pagamentos não justificam uma recessão tão ampla como a que se está delineando no País. Conquanto apenas dois dos três debatedores reconheçam que o desaquecimento da economia era necessário, todos eles estão de acordo em que chegou o momento de se cuidar da reativação da produção industrial.

Interessava, especialmente, conhecer, sobre este ponto, a posição do ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que sempre se bateu por uma política de austeridade, política esta que, por ter sido longamente protelada, nos impõe hoje sacrifícios muito mais pesados. Não se podia

esperar que o ex-ministro recomendasse uma volta à passada época de inconsciência. Atendendo ao convite implícito no tema geral do seminário que se encerrou anteontem, apresentou ele soluções alternativas para a crise, aliás, sérias e realistas e, a nosso ver, eficazes.

O professor Mário Henrique Simonsen julga que não se deve transigir com a austeridade, mas entende ser necessário repartir mais equitativamente os sacrifícios. Neste sentido, propõe três medidas. Em primeiro lugar, recomenda que se fomentem os investimentos das empresas estatais, fazendo-as recorrer ao mercado externo de financiamentos. Haveria nisto diversas vantagens: darse-ia um impulso à economia, as reservas cambiais cresceriam e ampliar-se-ia a margem de manobra da política econômica que, hoje, com as reservas escassas, se mostra demasiado restrita. Mas, para isso, seria preciso cortar os subsídios e incrementar os investimentos públicos em proporção exatamente equivalente a esses cortes.

A nosso ver, a solução preconizada pelo professor Mário Henrique Simonsen é, realmente, interessante, e a única ressalva que lhe faríamos é que a contratação de novos empréstimos externos deveria ser acompanhada da redução da contratação de empréstimos externos pelo setor privado. Certamente, a proposta do ex-ministro deve ser concebida em termos de uma política a médio prazo, destinada a proporcionar à balança comercial um superávit capaz de cobrir o déficit dos serviços (excluídos os juros). Mas é justamente a dificuldade de se atingir, com toda a segurança, esse objetivo que nos leva a pensar que não se deveria correr o risco que acarreta novo aumento da dívida externa.

Em segundo lugar, preconiza a substituição da atual política salarial pelo regime da livre negociação. Em sua opinião, disto resultariam maior flexibilidade para baixar os preços, redução do desemprego e menor rotatividade da mão-de-obra. Por diversas vezes, nesta coluna, temos advogado essa medida.

Finalmente, o professor Mário Henrique Simonsen recomenda que se mantenha sob controle a expansão da base monetária, deixando-se livre, porém, a expansão do crédito bancário. Parece-nos que, tendo o governo demonstrado capacidade de controlar a base monetária, não se corre o risco de ver o crédito expandir-se excessivamente. Na presente etapa da política de enquadramento do crédito, fomenta-se a ascensão da taxa de juros, ao passo que os bancos não são estimulados a captar depósitos à vista, cujo custo é bem mais baixo.

As sugestões parecem-nos aceitáveis. Julgamos, entretanto, que deveriam ser tomadas outras medidas, de alcance mais imediato, para deter o atual processo de recessão. Se não se obtiver, porém, um superávit na balança comercial, parece-nos que se deve ter a coragem de reduzir a dependência externa, recorrendo ao Fundo Monetário Internacional e pleiteando novo escalonamento da dívida pública externa.